

# Novo ajuste em 1999

O futuro presidente da República vai enfrentar, no seu primeiro ano de mandato, algumas dificuldades adicionais de curto prazo para administrar as contas públicas. Em 1999, o governo não poderá mais contar com a gorda arrecadação do imposto sobre cheques, a CPMF, que somente em 1997 levou para os cofres do Tesouro nada menos que R\$ 6,9 bilhões. A CPMF acaba no dia 31 de dezembro deste ano.

O Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que permite ao governo federal mexer como quiser em 20% de toda a receita de impostos e contribuições, terá de ser novamente renovado até o fim do primeiro ano do mandato. A dificuldade, nesse caso, é fazer com que os novos governadores e prefeitos aceitem perder cerca de R\$ 3 bilhões de suas receitas. Esse é o valor, estimado pela área técnica, que o FEF subtrai de Estados e municípios.

A dificuldade para a renovação da CPMF decorre do fato de que o governo terá de submeter ao Congresso uma nova proposta de emenda constitucional. Será uma batalha muito mais difícil do que aquela travada no ano passado, quando o Executivo conseguiu mais um ano para o imposto sobre cheques por meio de uma simples lei ordinária, que pode ser aprovada por maioria simples. A emenda constitucional necessita de quórum de três quintos.

O presidente Fernando Henrique Cardoso poderia encaminhar, ainda este ano, uma proposta de emenda constitucional para a renovação da CPMF. Facilitaria a vida do futuro presidente. Talvez a sua própria vida, caso sejam confirmadas as previsões da maioria dos analistas que aponta Fernando Henrique como favorito disparado à corrida presidencial. Mas não se encontra líder na base de sustentação política do governo que acredite no envio da emenda ainda este ano.

O medo de alguns políticos é de que a oposição ao presidente utilize a nova emenda que ressuscita a CPMF como arma eleitoral, ao levantar a velha discussão sobre a utilização dos recursos. Como todos sabem, o governo aproveitou os recursos do imposto sobre che-

ques para aumentar os gastos de outros setores, e não da saúde. O ex-ministro Adib Jatene dizia, na sua cruzada em defesa da criação da CPMF, que os recursos seriam utilizados unicamente por seu ministério. Foram, realmente. Mas, as antigas fontes que irrigavam a área da saúde foram desviadas para outros lugares, de maneira que, no final das contas, o ministro Carlos Albuquerque ficou, mais ou menos, com a mesma quantia anual de recursos que tinha seu antecessor. Na melhor das hipóteses, com um pouquinho a mais.

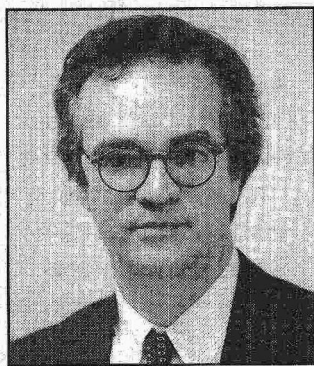
Com o fim da CPMF em 1999, do FEF no ano 2000 e com a redução da receita obtida pelo governo com as concessões de serviços públicos nesse mesmo ano, o economista Fábio Giambiagi acredita que o futuro presidente terá de assumir com um novo aperto fiscal. Esse pacote é inevitável, segundo o economista, para que o governo

consiga manter estável a relação entre dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB). Nos cálculos de Giambiagi, que faz parte do Departamento Econômico do BNDES e foi assessor especial do ex-ministro do Planejamento José Serra, o governo perde 0,8% do PIB com o fim da CPMF, 0,4% do PIB com o FEF e 0,2% com o fim da receita das concessões. Todos esses recursos terão de ser compensados.

A conta de Giambiagi é simples: se o déficit público

for da ordem de 3% do PIB este ano, e se a partir de 1999 a conta de juros for diminuindo, mas, ao mesmo tempo, forem caindo a CPMF, o FEF e a receita de concessões, o desequilíbrio ficará no mesmo nível. E, para que a dívida pública fique estável, o economista diz que o déficit público não pode ultrapassar 1,5% do PIB.

Esse quadro de dificuldades deveria incentivar os candidatos ao Palácio do Planalto a incluírem a reforma fiscal (que engloba a parte tributária e a definição de atribuições de gastos entre União, Estados e municípios) no debate da campanha presidencial. Seria mais fácil para o futuro presidente propor mudanças constitucionais nessa área no seu primeiro ano de mandato, se o eleitor já tivesse, de alguma maneira, participado do debate.



■ Ribamar Oliveira é jornalista

**Pacote é inevitável para que o governo mantenha relação entre dívida pública e PIB**